



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 11080.006693/96-89  
Recurso nº. : 122.395  
Matéria : EMBARGOS DECLARATÓRIOS  
Embargante : DRF-PORTO ALEGRE/RS  
Embargada : QUARTA CÂMARA DO PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
Interessado : MARCELO GUS  
Sessão de : 01 de julho de 2003  
Acórdão nº. : 104-19.434

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - DÚVIDA NA EXECUÇÃO DO JULGADO.**- O acórdão que chega a conclusão diversa daquela que deflui do exame dos autos gera dúvida na sua execução, sendo passível de correção pela via dos embargos declaratórios.

**IRPF - ACRÉSCIMO PATRIMONIAL A DESCOBERTO - SALDOS EM CONTA-CORRENTE DECLARADOS** - Os saldos de conta-corrente e demais disponibilidades devidamente comprovados e indicados na declaração de ajuste anual correspondente devem ser considerados como origem de recursos na determinação da variação patrimonial do sujeito passivo.

Embaraços acolhidos.

Acórdão parcialmente provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos Declaratórios interposto pela DRF em PORTO ALEGRE – RS.

ACORDAM os Membros da Quarta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, ACOLHER os embargos para re-ratificar o acórdão nº 104-17.800, de 06/12/00, para DAR provimento PARCIAL ao recurso, para reduzir o acréscimo patrimonial do mês de mar/93 para Cr\$ 179.534.391,70, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

REMIS ALMEIDA ESTOL  
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
QUARTA CÂMARA

Processo nº : 11080.006693/96-89  
Acórdão nº : 104-19.434

A handwritten signature in black ink, appearing to read "João Luís de Souza Pereira". Below the signature, the name is printed in capital letters.  
JOÃO LUÍS DE SOUZA PEREIRA  
RELATOR

FORMALIZADO EM: 12 SET 2003

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros NELSON MALLMANN, JOSÉ PEREIRA DO NASCIMENTO, ROBERTO WILLIAM GONÇALVES, MEIGAN SACK RODRIGUES, VERA CECÍLIA MATTOS VIEIRA DE MORAES e ALBERTO ZOUI (Suplente convocado).



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
QUARTA CÂMARA

Processo nº : 11080.006693/96-89  
Acórdão nº : 104-19.434  
Recurso nº : 122.395  
Embargante : DRF em PORTO ALEGRE - RS

### RELATÓRIO

A Delegacia da Receita Federal em Porto Alegre/RS, autoridade encarregada da execução do acórdão nº 104-17.800, suscita dúvidas na execução do acórdão, tendo em vista que as reduções do acréscimo patrimonial referem-se a períodos para os quais não remanesceu crédito tributário após a decisão de primeira instância (fls. 166/169).

Pelo despacho de fls. 171, a Presidência desta Câmara, cumprindo as normas regimentais, submeteu o recurso à apreciação deste relator.

Às fls. 172 consta despacho opinando pela pertinência do recurso, acolhendo os embargos opostos pela DRF no Rio de Janeiro.

Regularmente processados os embargos de declaração, o i. Presidente em Exercício submete o processo novamente à apreciação do Colegiado, conforme despacho de fls. 173.

Desta decisão foi dada ciência à Procuradoria da Fazenda Nacional, como se vê da manifestação de fls. 174.

É o Relatório.





MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
QUARTA CÂMARA

Processo nº : 11080.006693/96-89  
Acórdão nº : 104-19.434

V O T O

Conselheiro JOÃO LUÍS DE SOUZA PEREIRA, Relator

Os presentes embargos de declaração são tempestivos e estão de acordo com os dispositivos do Regimento Interno dos Conselhos de Contribuintes que autorizam sua oposição e processamento.

Sustenta a DRF em Porto Alegre que o acórdão é inexequível, visto que reduz o acréscimo patrimonial a descoberto em períodos para os quais sequer remanesceu crédito tributário após a decisão de primeira instância.

Assiste total razão à embargante.

De fato, este Colegiado, seguindo orientação absolutamente equivocada do voto deste relator, chegou a conclusão totalmente desvirtuada da matéria dos autos.

Com efeito, a matéria apreciada está correta. O mesmo não se pode dizer das conclusões do acórdão.

De acordo com a pacífica orientação da jurisprudência desta Câmara, os saldos de conta-corrente e demais disponibilidades devidamente comprovados e desde que indicados na declaração de ajuste anual correspondente, devem ser considerados como origem de recursos no início do ano-calendário subsequente. Vários são os julgados neste sentido, bastando destacar aqueles cujas ementas são transcritas abaixo e foram relatados,



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
QUARTA CÂMARA

Processo nº : 11080.006693/96-89  
Acórdão nº : 104-19.434

respectivamente, pela Conselheira Vera Cecília Mattos Vieira de Moraes e pelo Conselheiro Roberto William Gonçalves:

**IRPF - ACRÉSCIMO PATRIMONIAL A DESCOBERTO - RECURSO EM CONTA CORRENTE** - Na apuração de eventual acréscimo patrimonial a descoberto, os recursos em conta corrente indicados na Declaração de Bens e Direitos devem ser devidamente comprovados.

**ACRÉSCIMO PATRIMONIAL A DESCOBERTO - APURAÇÃO** - No cálculo do acréscimo patrimonial, as sobras de recursos detectadas dentro do ano calendário, devem ser automaticamente transpostas mês a mês, através do "fluxo de caixa", até o mês de dezembro. No ano-calendário subsequente, somente poderão ser utilizadas as sobras de recursos constantes na Declaração de Bens e Direitos.  
(Acórdão 104-18.591, recurso 125.837).

**IRPF - ACRÉSCIMO PATRIMONIAL** - Na apuração de eventual acréscimo patrimonial a descoberto devem ser levadas em conta as disponibilidades declaradas pelo contribuinte, advindas de período base anterior, não questionadas e, se a apuração se processar mensalmente, aquelas acumuladas de meses anteriores.

(Acórdão 104-17.109, recurso 12.100).

No caso dos autos, o contribuinte comprovou a existência de saldos em conta-corrente nos valores de Cr\$ 1.952.307,27 e Cr\$ 3.403.382,05 ao final do ano-calendário 1991 (fls. 106 e 107); e Cr\$ 1.292.033,65 e Cr\$ 29.162.057,41 (fls. 108 e 109) ao final do ano-calendário 1992. Mas somente há comprovação nos autos dos indicados, convertidos em UFIR, na Declaração de Bens e Direitos de fls. 05/06, ou seja, relativa ao exercício 1993, ano-calendário 1992.

Desta forma, somente os valores indicados às fls. 108 e 109 é que podem admitidos como origem de recursos na evolução patrimonial de 1993, resultando na redução do acréscimo patrimonial deste período para Cr\$ 179.534.391,70.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
QUARTA CÂMARA

Processo nº : 11080.006693/96-89  
Acórdão nº : 104-19.434

Diante do exposto, devem ser ACOLHIDOS os embargos de declaração para, esclarecendo a dúvida, re-ratificar o acórdão nº 104-17.800 e DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso, reduzindo o acréscimo patrimonial a descoberto do mês de março de 1993 para R\$ 179.534.391,70.

Sala das Sessões - DF, em 01 de julho de 2003

A handwritten signature in black ink, appearing to read "JOAO LUÍS DE SOUZA PEREIRA".

JOAO LUÍS DE SOUZA PEREIRA